

Em Portugal – O Orientalismo em fragmentos

Orientalism in Portugal: A fragmented field of study

Eva-Maria von KEMNITZ

Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa

rmron.pessoal@gmail.com

Recibido 20/09/2016. Revisado y aprobado para publicación 08/12/2016.

Para citar este artículo: Eva-Maria von Kemnitz (2016), “Em Portugal – O Orientalismo em fragmentos” en *Revista de estudios internacionales mediterráneos*, 21, 13-25.

Para acceder a este artículo: <http://dx.doi.org/10.15366/reim2016.21.002>

Resumen

No quadro da crítica do Orientalismo (autores francófonos : Abdel-Malek (1963), Tibawi (1964), Djaït (1978) e o anglófono, Said (1978) propomos uma reflexão sobre a ausência do debate em Portugal sobre esse tema, seguida de algumas considerações sobre a trajetória desses estudos em Portugal, principalmente, na vertente de estudos árabe-islâmicos, atendendo, por um lado aos contactos pioneiros com os vários Orientes e, por outro lado, a um desenvolvimento tardio e inconsequente desses estudos em termos de estruturação e institucionalização, demonstrando um défice e uma desadequação em relação aos desafios do presente em termos académicos e pragmáticos. É discutida também a pertinência do conceito de “Orientalismo periférico” em relação a Portugal proposto neste fórum. São ainda apresentadas algumas propostas no sentido de promover esses estudos, considerados como uma necessidade num mundo globalizado.

Palabras clave: Portugal; Orientalismo; crítica do Orientalismo; estudos árabe-islâmicos; universidade.

Abstract

In the framework of the critique of the phenomenon of Orientalism and taking in consideration francophone authors such as Abdel-Malek (1963), Tibawi (1964), Djaït (1978) and the anglophone Said (1978), a reflection on the lack of this debate in Portugal is developed and the notion of “marginal Orientalism” regarding Portugal is discussed. A discrepancy between the pioneering role of Portugal regarding the contacts with different Orientes and the deficit concerning the development of these studies, especially of Arab-Islamic studies, is described and analyzed and

some proposals concerning their improvement in order to meet the challenges posed by the globalization are formulated.

Key words: Portugal, Orientalism, critique of the Orientalism, Arab-Islamic studies, university.

Considerações preliminares

O Orientalismo, no sentido epistemológico, tem-se mantido vivo e produtivo, o que a realização deste Colóquio "*Orientalismos Periféricos. Academia e Estudos Árabe-Islâmicos em Países do Sul Europeu e Americano*" (2014) reconfirma, contrariando os vaticínios proferidos por alguns dos participantes do Congresso Internacional dos Orientalistas, convocado em Paris, por ocasião das comemorações do centenário do primeiro Congresso (1873), em que lhe profetizaram uma morte célere.

Em 1973, o ambiente que se vivia, marcado pelo pós-colonialismo e pelo terceiro-mundismo teve um efeito devastador sobre o prestígio deste ramo de conhecimento. A publicação de *Orientalism* (1978) por Edward Said desencadeou, principalmente no mundo anglófono, de novo, uma celeuma em torno desta problemática, estigmatizando o Orientalismo como área científica, imputando-lhe o papel de servir poderes coloniais e propagar estereótipos negativos relativamente ao Islão e aos Árabes.

O caso português

É natural interrogarmo-nos, no caso de Portugal, sobre os ecos que tiveram essas acasas polémicas? Como os meios académicos portugueses se posicionaram perante este debate em torno do Orientalismo?

A constatação de que nada disso teve algum impacto na respectiva área de estudo¹, pode, à primeira vista, parecer desconcertante e mesmo incompreensível, na medida em que, no contexto do Orientalismo, Portugal teve um papel singular. Por um lado, protagonizou os contactos pioneiros com vários Orientos, desde Marrocos até ao Japão². Por outro lado, paradoxalmente, não desenvolveu os Estudos Orientais em sincronia, nem com a antiguidade, nem com a intensidade desses contactos.

Nestas circunstâncias, o presente ensaio propõe dar a conhecer e analisar a especificidade do Orientalismo português no que respeita à área cultural árabe-islâmica no contexto académico, contemplada no âmbito do presente Colóquio. O Orientalismo português é analisado na vertente epistemológica ou seja de estudos árabe-islâmicos em termos de construção do saber, dos autores dessa produção científica, das instituições que a acolheram e apoiaram, referindo ainda a finalidade e a aplicação desses conhecimentos. Contextualizando brevemente os seus primórdios, o enfoque recairá, porém, de acordo com o tema do Colóquio, sobre a sua fase de inserção académica, procurando reflectir sobre o défice que apresentam os estudos árabe-islâmicos em Portugal na actualidade e, em função da nossa longa experiência enquanto docente e investigadora deste ramo de estudos e Coordenadora do Instituto de Estudos Orientais da Universidade Católica Portuguesa (2012-2014) sugerir algumas soluções, que a nosso ver, possam contribuir para uma melhoria desse quadro no sentido de preparar especialistas portugueses habilitados com os conhecimentos necessários para corresponder aos desafios decorrentes das necessidades académicas, por um lado e, por outro lado, aos desafios inerentes à crescente

¹ Não ignoramos trabalhos de Boaventura Sousa Santos ou de Abdoolkarim Vakil, mas eles situam-se noutra âmbito.

² Para um panorama global de Estudos Orientais em Portugal, consulte-se: THOMAZ, Luís Filipe (1996).

cooperação com os países árabes e islâmicos em diversos domínios. Iremos ainda tecer algumas considerações acerca da importância seminal da obra de Said e de eventual pertinência de críticas de Said, no que respeita ao Orientalismo português aqui considerado.

Portugal tem mantido ao longo da sua história contactos seguidos com o mundo árabe-islâmico, fazendo, inclusive, durante vários séculos, parte do *dar al-islam* como parte de al-Andalus e que, já soberano, manteve no seu tecido social uma minoria moura. Ao lançar-se nas Descobertas, Portugal reforçou e diversificou os contactos com outras partes do Mundo Islâmico, parecendo, assim, reunir, *a priori*, condições favoráveis para o fomento dos estudos árabes e islâmicos.

Muito embora, tenhamos notícia de vários conhecedores do Árabe ao longo dos séculos XVI e XVII, da existência do cargo de tarjumão junto da chancelaria régia, do projecto apresentado por Nicolau Clenardo para instituir uma cadeira de língua árabe na Universidade de Coimbra que não teve seguimento, temos que reconhecer que, efectivamente, Portugal foi um *late comer* nesse processo.

Comparativamente a outros contextos europeus, em Portugal, os Estudos Árabes afirmaram-se tardiamente, apenas em finais do século XVIII, como instrumento da diplomacia portuguesa dirigida para o Norte de África, em função da mudança radical da política que apostou pragmaticamente nas negociações, em detrimento das acções bélicas, condicionada como o foi pela importância geoestratégica do Brasil no âmbito da política e diplomacia portuguesas³.

Naquela época, todavia, foi a instituição eclesiástica que acolheu esses estudos, uma situação única no contexto europeu. Assim, o primeiro centro de Estudos Árabes funcionou no Convento de N. Senhora de Jesus da Ordem Terceira de São Francisco em Lisboa, hoje sede da Academia das Ciências⁴. Os pioneiros desses estudos foram os frades daquela Ordem, nomeadamente Fr. João de Sousa⁵, Fr. José de Santo António Moura⁶ e Fr. Manuel Rebelo da Silva⁷ que actuaram como tradutores intérpretes, além de que foram autores de primeiras obras eruditas dedicadas à cultura árabe de Portugal. Esta primeira fase, institucionalizada em 1795, manteve-se, com alguns altos e baixos até 1869, data da sua extinção. No período que se seguiu destacaram-se algumas figuras isoladas⁸ que, todavia, não criaram escola: *“Na actualidade alguns espíritos cultos consagram-se por curiosidade ao estudo da língua arábica, não encontrando todavia, entre nos, o ambiente indispensável para que o seu exemplo, propagando-se, encontre novos adeptos”* (Sousa Viterbo, 1905:12).

A Universidade entrou nesse processo apenas no século XX, há precisamente cem anos, quando na recém-criada Universidade de Lisboa, foi instituída, em 1914, uma cadeira de língua árabe, entregue a David de Melo Lopes⁹. A conjuntura global era, porém, muito diferente não existindo,

³ Veja-se: KEMNITZ, E-M. von (2010 a), e (2010 b), pp. 127-138.

⁴ ANDRADE, M.F. e BANHA de ANDRADE, A.A. (1980), pp. 3-26.

⁵ FIGANIER, J. (1945), pp.134-137 e (1949); SIDARUS, A. (1986), pp.40-44; KEMNITZ, E-M. von (2010 a), pp. 343-358; 441-443; 474-478.

⁶ MACHADO, J. P. (1999), pp. 138-168; KEMNITZ, E-M. von (2006), pp. 12-22, e (2010 a), pp. 359-363; 453-472.

⁷ KEMNITZ, E-M. (2005), pp. 177-192 e (2010 a), pp. 363-377.

⁸ KEMNITZ, E-M. (2012 a), pp. 165 – 176.

⁹ RICARD, R. (1945), pp. 7- 14; FIGANIER, J. (1945), pp. 134-137; CUNHA SERRA, P. (1967a e 1967b); SIDARUS. A. (1986), pp. 46-52; MACHADO, J. P. (1973).

então, um interesse consubstanciado pelas necessidades da política de Estado, nem o seu respectivo apoio.

A cadeira teve, essencialmente, um cunho filológico, estando ligada à história nacional. Houve, contudo, a preocupação de assegurar a continuidade do ensino, tendo a David Lopes sucedido Joaquim Figanier¹⁰. Mais tarde, as funções docentes foram asseguradas por Pedro Cunha Serra e António Dias Farinha¹¹.

Esta longa experiência da Universidade de Lisboa no ensino do Árabe, demonstrou, todavia, algumas insuficiências, o que torna pertinente questionarmo-nos acerca da validade do modelo seguido.

A cadeira do Árabe começou a funcionar como uma disciplina de opção e foi este formato que se manteve ao longo de cem anos, sem ter evoluído para um *curriculum* mais abrangente. O Árabe nunca teve o estatuto de uma disciplina independente, capaz de gerar uma dinâmica de um desenvolvimento consistente. Mantendo-se dentro da estrutura do Departamento de História e História da Expansão, não se debruçou sobre os problemas da contemporaneidade, nem contemplou disciplinas como islamologia, literatura árabe, sociologia ou artes etc. Todos os professores que desempenharam a docência foram formados no estrangeiro, mas não conseguiram, nas condições em que lhes foi dado a actuar, algumas vezes em regime de contratos a tempo parcial, formar quadros habilitados para assegurar a continuação desta tarefa. O principal legado reside na preservação de um certo interesse pela problemática árabe, principalmente ligado à história pátria e à da expansão ultramarina, traduzindo-se numa produção académica circunscrita a este mesmo âmbito.

A partir de 1974, ano da Revolução dos Cravos, foram, conseqüentemente, criadas as chamadas “universidades novas” que receberam leitorados de língua árabe, caso das universidades de Braga, Faro, Nova de Lisboa e de Évora além da do Porto. A Universidade de Évora, em finais dos anos 70, sob orientação de Adel Y. Sidarus, instituiu um Curso Biental Livre cujo *curriculum*, além da língua, incluía disciplinas de história, literatura e cultura. Foi concebido como um primeiro passo para o desenvolvimento de um *curriculum* mais vasto, mas que, lamentavelmente, não se chegou a concretizar¹².

De todas as experiências pedagógicas desenvolvidas em Portugal, destacou-se a do Instituto de Estudos Orientais da Universidade Católica Portuguesa, fundado, em 2001, por um Orientalista português de renome internacional, Luís Filipe Thomaz. O Instituto de Estudos Orientais oferecia o ensino da história e da civilização dos diversos Orientes, incluindo a contemporaneidade, articulando o ensino das respectivas línguas, complementado com palestras regulares de especialistas internacionais sobre a problemática não coberta pelo *curriculum*. Do formato de curso de pós-graduação evoluiu, no âmbito do sistema de Bolonha, para um Mestrado em Estudos Orientais¹³, no caso aqui contemplado, a especialização em Estudos Islâmicos, cuja denominação não espelha correctamente o conteúdo, oferecendo a solução mais completa, alguma vez conseguida¹⁴, muito embora situando-se aquém do que é praticado noutros países europeus,

¹⁰ RICARD, R. (1962); FARINHA, A.D. (1972), uma breve nota biográfica em *Catálogo da Biblioteca de Joaquim Figanier*, MACHADO, J.P. (2011), pp. 11-29; KEMNITZ, E-M. von (1988), p.30-31; (2011), p. 124.

¹¹ KEMNITZ, E-M. von (1988), p. 33; (2011), pp. 124- 125.

¹² Sobre essa fase dos Estudos Árabes, consulte-se: KEMNITZ, E-M. von (2011), pp. 127-129.

¹³ THOMAZ, L.F. (2012), pp. 33-44.

¹⁴ É-nos penoso constatar que em 2016, quando este artigo é proposto para publicação, a situação do Instituto de Estudos Orientais apresenta-se diametralmente diversa. De um universo plural de vários Orientes, por decisão superior, o Instituto ficou reduzido principalmente aos estudos da China, originando a subsequente dispersão de uma equipe especializada.

mesmo aqueles que nunca tiveram contactos históricos directos com o Mundo Árabe-Islâmico que caracteriza Portugal.

A problemática árabe-islâmica, embora não suportada pelos conhecimentos arabísticos, é ainda abordada no seio da Academia portuguesa por áreas como ciência política, relações internacionais, antropologia ou arqueologia, oferecendo alguns contributos interessantes em forma de investigação e alguns cursos livres.

Não obstante diversos desenvolvimentos positivos assinalados, em termos globais, o panorama apresenta-se pouco satisfatório, tanto na vertente estritamente académica, como numa perspectiva mais pragmática ou profissionalizante, confirmando o diagnóstico de Sousa Viterbo do início do século XX.

É nesse sentido que consideramos que o Orientalismo epistemológico, na vertente de Estudos Árabe-Islâmicos, se apresenta, em Portugal, em fragmentos em duplo sentido:

Primeiro, na perspectiva da sua estruturação e da sua institucionalização, a trajectória de Estudos Árabes oferece sucessivas rupturas, momentos de desactivação e retoma, que não permitiram nem a sua consolidação, nem o seu desenvolvimento qualitativo, impedindo ainda a projecção dos seus cultores e das suas obras, tanto no próprio país, como, ainda menos, no estrangeiro, o que se verifica ao lermos obras de síntese como a clássica de Johann Fück (1944) ou a mais recente de Robert Irwin (2006), nas quais Portugal não é sequer mencionado.

Segundo, o próprio conhecimento do Orientalismo português, apesar de alguns estudos, produzidos neste domínio, afigura-se fragmentado e incompleto¹⁵.

A sublinhar ainda que o interesse hoje suscitado por esta problemática ultrapassa uma mera perspectiva histórica e o âmbito exclusivamente académico, conforme o atestam vários debates em torno do Orientalismo, sugerindo a sua utilidade em termos de conteúdo e de metodologia para clarificar questões da contemporaneidade relativamente às sociedades do Médio Oriente¹⁶.

A situação precária dos Estudos Orientais em termos globais, em Portugal, e, em particular, a dos árabe-islâmicos, explica ou poderá explicar, em parte, a ausência de debate em torno do Orientalismo, não obstante ser possível identificar algumas teorizações, no passado, sobre o assunto, como, por exemplo, as de José Gerson da Cunha (1880); de Sampaio Bruno (1888) ou de Sousa Viterbo (1893 e 1905).

Esse debate não existiu tampouco nos anos 60 e 70, na altura das críticas formuladas por Abdel-Malek (1963), Tibawi (1964) ou Djait (1978) no mundo francófono, do qual Portugal estava culturalmente mais próximo e que precederam as críticas de Said. Não Aconteceu, de forma diminuta, depois de 1978, quando foi publicado o *Orientalism* de Said.

¹⁵ SIDARUS, A. (1986); THOMAZ, L.F. (1996), *op. cit.*; RAMOS, J. de D. (1996); KEMNITZ, E-M. von (2010 a e 2011); TELES e CUNHA, J. (2012). O Instituto de Estudos Orientais da Universidade Católica Portuguesa organizou, em 2014, um Seminário sobre os Estudos Orientais e Orientalismos em Portugal, que permitiu captar dinâmicas interessantes entre vários Orientes no espaço lusófono. Está em preparação um *e-book*.

¹⁶ Contrariando a ideia do "*fin de l'orientalisme*", alguns investigadores projectam as implicações do Orientalismo para as questões da actualidade. Cf.: HALLIDAY, F. (1996), p. 195 e seguintes e, ainda: TURNER, B. S. (2000), pp. 34-35.

É sintomático que a tradução portuguesa do *Orientalism* tenha sido publicada apenas em 2004, no seguimento da visita de E. Said a Portugal em 1997, promovida pela Comissão Nacional Para Comemoração dos Descobrimentos Portugueses [CNCDP], e já depois do falecimento do seu Autor.

A mesma CNCDP, promoveu duas iniciativas que poderão ser consideradas como a apresentação do estado da arte, e, eventualmente, um ponto de partida para o tal debate. Trata-se, designadamente, de um Colóquio “*Cinco Séculos de Arabismo e Orientalismo em Portugal (1497-1997)*”¹⁷ e de uma exposição “*O Orientalismo em Portugal*” (1998), esta última focando aspectos estéticos e literários dispersos, numa abordagem global do fenómeno¹⁸.

O facto de no Brasil a tradução de *Orientalism* ter sido editada em 1990, suscita necessariamente uma reflexão sobre diferentes caminhos que o Orientalismo seguiu nos dois países, que partilham a mesma matriz linguística e cultural¹⁹. Exceptuando o caso singular do adido da legação do Brasil que, em Lisboa, estudou o Árabe com mestres portugueses em 1844-1845²⁰, o Brasil não herdou nenhuma tradição portuguesa nesse âmbito. A figura de D. Pedro II poderá, porém, ser encarada como uma “ponte simbólica” na medida em que o Imperador foi não só um estudioso de língua árabe e apreciador da sua cultura, mas também contribuiu, de certa forma, para desencadear uma significativa imigração árabe para o Brasil, iniciada ainda em finais do século XIX, devido ao impacto que os seus propósitos tiveram junto das populações árabes durante as suas viagens à Palestina e ao Líbano (1876) no sentido de procurarem no Brasil melhores condições de vida²¹. Os descendentes desses emigrantes constituem, hoje, uma elite cujo interesse pela preservação da língua e da cultura árabes, faz deles um importante substrato intelectual que, em larga escala, sustenta e promove os estudos árabes, estimulando, além disso, uma estreita cooperação, em vários domínios, com países árabes.

Fora de Portugal, o Orientalismo na vertente epistemológica tem suscitado um vivo interesse nos meios académicos, o que se traduziu numa tentativa de reabilitação do Orientalismo como área de saber²² e, por outro lado, suscitou abordagens e problematizações inovadoras²³.

O “*Orientalism*” de Edward Said, aplicar-se-á á situação portuguesa ?

Para compreender, sem equívocos, o seu conteúdo, é preciso ter presente a génese deste livro, porque as circunstâncias que o originaram, projectaram-se sobre a sua finalidade. O *Orientalism* (1978) foi escrito nos anos 1975-1976, sob o impacto de uma visita do autor a Beirute, em plena guerra civil. Trata-se de uma obra datada, marcada profundamente pelo contexto em que nasceu e, principalmente, pelo percurso do autor: Palestiniano, cristão protestante, nascido em Jerusalém e educado nos estabelecimentos de ensino das elites anglófonas, primeiro no Egipto e depois nos EUA.

¹⁷ Desse Colóquio não resultou publicação de Actas.

¹⁸ O respectivo catálogo oferece várias contribuições de interesse. Cf.: HESPANHA, A. M. coord. (1999).

¹⁹ KEMNITZ, E-M. von (2015), pp. 117-128.

²⁰ KEMNITZ, E-M. von (2010 a), pp. 387-389

²¹ SAFA, E. (1960), pp. 54-68; HAJJAR, C.F. (1985); KHATLAB, R. (1999). Há, no entanto, autores brasileiros que não atribuem nenhum impacto à actuação de D. Pedro II. Veja-se a entrada de Monique Goldfeld-Sochaczewski sobre D. Pedro II no *Dicionário de Orientalistas de Língua Portuguesa* <https://orientalistasdelinguaportuguesa.wordpress.com/>

²² IRWIN, R. (2006); IBN WARRAQ (2005).

²³ BORNET, Ph. et GORSHENINA, S. (2014) – os autores propõem um olhar sobre os “Orientalismos marginais” [“*L’Orientalisme des Marges*”] no caso, vistos desde a Índia e a Rússia.

No Prefácio, o autor explicita claramente a selecção dos materiais que serviram para construir o *corpus*, constituído pelos escritos de intelectuais, literatos, governantes e políticos ingleses e franceses, representantes das duas principais potências que ocuparam e colonizaram o Oriente (árabe-islâmico), acrescentando ainda alguns testemunhos americanos em virtude de os Estados Unidos terem entrado na contenda sobre esse Oriente, mais recentemente. Said excluiu da sua análise manifestações de Orientalismo nas artes, bem como em contextos diferentes dos a seguir indicados: “... *important contributions to Orientalism of Germany, Italy, Russia, Spain and Portugal* ...” (p. 17) ²⁴, especificando que uma tal abrangência “***did not suit my descriptive and political interests***” (p.16) ²⁵.

De entre várias definições do Orientalismo apresentadas por Said: “*uma tradição clássica de estudo*”; “*o modo de encarar o Oriente*”; “*o modo ocidental de dominar, restructurar e exercer o poder sobre o Oriente*”; “*um conjunto de ideias circunscritas a valores, apresentados de modo generalizado, mentalidade, características do Oriente*”; “*uma instituição corporativa de conhecimento responsável pela perpetuação de estereótipos*”; “***um arquetipo de pensamento assente numa distinção ontológica entre o Oriente e o Ocidente***” e “***o sistema de representação do Oriente patente na ciência, consciência e nas práticas do império***” ²⁶, apenas duas últimas tiveram maior relevância. Resultou daí uma análise de como uma cultura dominante se apodera da outra, a desfigura e assimila, ou por outras palavras, como um vocabulário e um imaginário próprios são aplicados por Ocidentais para observar e descrever o Oriente e, nesta base, estruturar a percepção, o conhecimento colectivamente suportado pelas instituições e por elas transmitido. Said focou o Orientalismo dos séculos XIX e XX, circunscrito ao contexto colonial, que caracteriza como o “*Orientalismo manifesto*” e, muito embora faça a distinção entre o “*Orientalismo latente*”, relativo ao século XVIII, condena ambas as formas por servirem o poder.

O *corpus* selectivo construído por Said ²⁷, como ponto de partida da sua análise, condicionou *a priori* as conclusões possíveis, excluindo um olhar diferente e matizado sobre o Orientalismo noutros contextos.

Nestas circunstâncias, somos levados a fazer uma outra leitura da obra de Said, que não era Orientalista e que independentemente de todo o aparato de erudição, ela situa-se no âmbito político. É uma manifestação de revolta e de indignação de um intelectual e activista político contra o tratamento subalterno do “Outro”, no caso do Árabe e muçulmano, manifesto nos média dos EUA, na sequência da derrota árabe na Guerra dos Sete Dias (1967) que Said viveu amargamente.

Said esteve em Portugal no encerramento das Conferências da Arrabida em 1998 ²⁸ e proferiu uma conferência *Orientalism: Review*, dando conta do interesse com que seguia a divulgação e a crítica desta sua obra e confessou, na altura, desconhecer o Orientalismo de Portugal. Mais tarde, ao escrever o Prólogo para a nova edição espanhola de *Orientalism*, lamentou não ter tido conhecimento, atempado, da obra de Américo de Castro e de Juan Goytisolo, o que teria

²⁴ Seguimos a versão inglesa do *Orientalism*.

²⁵ O negrito é nosso.

²⁶ O negrito é nosso.

²⁷ Caracterizado como “*the mainly hostile corpus proposed by Said*”. Cf. NASH, G. (2005), p. 47

²⁸ HESPANHA, A. (1998), p.3.

influenciado a sua apreciação do Orientalismo ²⁹. Devemos considerar estas palavras como um gesto de cortesia porque a agenda do autor em 1978 tinha contornos bem precisos.

De sublinhar, que o Orientalismo português na vertente árabo-islâmica situa-se na viragem dos séculos XVIII / XIX . Poderá, quanto muito, enquadrar-se no “*Orientalismo latente*” de Said, mas não se desenvolveu no contexto da expansão colonial, nem serviu os seus interesses, o que torna necessária uma reflexão sobre a generalização desmesurada de teses de Edward Said que não se aplicam à situação portuguesa, nem a muitas outras, por oferecerem um modelo diferenciado ³⁰.

As ideias de E. Said encontraram muitos adeptos entre intelectuais não europeus, que aplicaram o modelo saidiano, sem todavia reflectir sobre a sua adequação, aos estudos pós-coloniais, do género e, mais recentemente, aos estudos dos aborígenes ³¹. “*The book “Orientalism” acquired a cult status, particularly among people who were not Orientalists and who had no special knowledge in the field*” ³². Pensar o Orientalismo de outro modo tornou-se politicamente incorrecto. Em consequência, a própria denominação de Estudos Orientais ganhou um significado pejorativo a ponto de desaparecer de muitos *curricula* académicos.

O *Orientalism* de Said é inegavelmente um livro histórico, mas a sua leitura afigura-se actual como o atesta a fecundidade da polémica epistemológica que suscitou ³³.

Além disso, a reflexão continuada em torno de *Orientalism*, aponta para a necessidade de continuação das pesquisas nesse âmbito dado que “*Une histoire de l’orientalisme académique et artistique reste toujours à écrire et, pour y être à la fois précis et complet, il faudra dépasser les limites chronologiques et topographiques complètement arbitraires établis par Said et ses disciples*” ³⁴. Um postulado algo semelhante formula, entre outros, Ella Shohat, ao abordar relações transatlânticas, argumentando que a genealogia do Orientalismo como uma área de estudo deve ser alargada para um período anterior à formação do discurso orientalista ³⁵.

Esta parte do nosso ensaio, um pouco longa no contexto, parece-nos, todavia, importante na medida em que pretendemos clarificar muitas imprecisões que circulam em torno de *Orientalism*, que passou a ser, quer gostemos quer não, um marco incontornável em qualquer debate sobre o Orientalismo em qualquer uma das vertentes, embora a crítica do Orientalismo não se tenha esgotado em Said ³⁶.

O conceito de “orientalismo periférico”

O conceito de “*Orientalismo periférico*”, proposto para caracterizar o Orientalismo português merece uma reflexão. Este entendimento poderá descrever a situação actual, em que existe, de facto, um défice de conhecimento neste domínio, sendo escassas as instituições nacionais envolvidas nesse processo, contrastando com a localização dos principais e numerosos centros

²⁹ SAID, E. (2002), *Orientalismo*, Barcelona, Debate, p. 9.

³⁰ KEMNITZ, E-M. von (2010 a), pp. 519-520.

³¹ Veja-se o programa do Colóquio “*Edward Said: Debating the Legacy of a Public Intellectual*”, promovido, em 2006, pela *Australian National University* em Canberra. Cf.: *Saudi Aramco World*, January-February, 2006, p. 48.

³² IRWIN, R. (2006), p. 299.

³³ Veja-se, entre outros: LOCKMAN, Z. (2004), pp. 182-214; IRWIN, R. (2006), pp. 293-309; VARISCO, D.M. (2008).

³⁴ IRWIN, R. (2011), p. 39.

³⁵ SHOHAT, E. (2013), p. 45.

³⁶ Tem contornos muito mais agressivos a crítica formulada por Ziaduddin Sardar, um muçulmano a residir e trabalhar no Reino Unido. Cf.: SARDAR, Z. (1999).

desses estudos na Grã-Bretanha, França, Alemanha, Espanha, Rússia, nos EUA, nos países escandinavos, na Hungria ou na Polónia.

Todavia, é preciso ter em conta que “a periferia” tem contornos fluídos ao longo do tempo. Deste modo, o entendimento da periferia como um “ponto de passagem e transmissão” captaria muito melhor o papel de Portugal na sua interacção de contactos de cariz intelectual e cultural entre múltiplos centros e periferias.

No século XVI, Lisboa foi uma verdadeira *porta Orientis* e os autores portugueses produziram numerosos relatos sobre vários Orientes em primeira mão, elaboraram dicionários e gramáticas de línguas orientais, sem que esses contributos fossem devidamente explorados e valorizados pelas gerações vindouras por falta de estruturas universitárias ou outras que pudessem sustentar e desenvolver este legado pioneiro³⁷. Muito embora, referindo-se à Índia, o Goês José Gerson da Cunha³⁸, interroga-se sobre a ignorância generalizada, tanto em Portugal, como no estrangeiro, do pioneirismo de Estudos Orientais praticados por Portugueses nos séculos XVI e XVII, atribuindo ao Orientalismo Português dos primórdios, o papel fundador na genealogia dos Estudos Orientais em termos universais³⁹.

Das nossas interrogações sobre esta problemática e da dificuldade que temos manifestado, em diversas ocasiões, em compreender as razões deste desfasamento entre a antiguidade e intensidade dos contactos de Portugal com o Mundo Árabe-Islâmico, e, globalmente entre Portugal e os vários Orientes, do desconhecimento generalizado do labor dos Orientalistas do espaço lusófono e do seu contributo para o estudo do Orientalismo, nasceu o nosso projecto do *Dicionário dos Orientalistas de Língua Portuguesa*⁴⁰, apresentado, em 2012, como Projecto do Instituto de Estudos Orientais da Universidade Católica a ser realizado conjuntamente com o Centro de Estudos de Comunicação e Cultura da Universidade Católica Portuguesa, dirigido por Peter H. Hanenberg, integrando este Projecto o grupo de pesquisa *Culture, Translation and Cognition*. Pela sua natureza, o Projecto conta com a colaboração de investigadores portugueses, brasileiros e outros de língua portuguesa e destina-se a resgatar a memória de todos os que contribuíram para o fomento dos Estudos Orientais no espaço lusófono e para a divulgação de conhecimentos sobre os vários Orientes, através da sistematização crítica do conhecimento sobre a produção orientalista em língua portuguesa⁴¹, por ora, dispersa e fragmentada e valorizá-la através da criação deste instrumento de trabalho e de pesquisa.

³⁷ VICENTE, F.L. (2009); CUNHA E TELES, J. (2012), pp. 135-163

³⁸ VICENTE, F.L. (2010 a e 2010 b).

³⁹ Veja-se, a esse propósito, o seu estudo apresentado no IV Congresso Internacional dos Orientalistas, realizado em Florença, em 1878 e publicado: “Materials for the History of Oriental Studies amongst the Portuguese”, in *Atti del IV Congresso Internazionale degli Orientalisti tenuto a Firenze nel Settembre 1878*. vol. II, Firenze, Coi tipi dei successori Le Monnier, pp. 179-219.

⁴⁰ O conteúdo do *Dicionário de Orientalistas de Língua Portuguesa* (DOLP), em permanente actualização, disponível *on line* desde 2015, poderá ser consultado em: <https://orientalistasdelinguaportuguesa.wordpress.com/>

⁴¹ Uma das razões que atribui pouca divulgação do contributo português nesse âmbito, é o desconhecimento da língua portuguesa em que foram escritas estas obras e também a perspectiva de missão subjacente que caracterizou os primórdios do Orientalismo português, principalmente na Ásia. No caso do nosso projecto, pretendemos inverter esse entendimento, projectando a língua portuguesa como língua de conhecimento e da cultura, em sincronia com as políticas culturais da UNESCO e com o valor económico atribuído à língua portuguesa, falada em todos os continentes. Cf.: RETO, L. org. (2012).

Ao projectar o contributo lusófono para os Estudos Orientais a nível internacional e valorizar o Português como língua de conhecimento, espera-se que o Projecto contribua, nesse domínio, para o estreitamento da cooperação entre as universidades de língua portuguesa e para a intensificação da respectiva produção académica onde há ainda muito por fazer.

Interrogando os caminhos futuros

A Universidade, como instituição, tem como missão a promoção do conhecimento e a formação para os valores, incumbindo-lhe ainda o dever de saber corresponder aos desafios que nos tempos actuais se levantam.

No cenário esboçado, que prima pela dispersão, impõe-se uma maior colaboração entre as universidades portuguesas, particularmente numa conjuntura pouco favorável para as ciências humanas e que, face aos existentes constrangimentos financeiros, permita gerir melhor os recursos do pessoal docente disponível e corresponder ao efectivo interesse dos candidatos que, infelizmente, nenhuma das universidades envolvidas, por si só, consegue reunir em número suficiente para abrir todos os cursos.

A questão da revisão dos *curricula*, abordada em várias ocasiões ⁴², continua actual, exigindo uma maior inclusão de disciplinas especializadas, incluindo além do Árabe clássico e literário, as vertentes dialectais do Árabe, e o reforço do ensino de outras línguas do espaço islâmico como o Turco, o Persa, o Malaio ou o Urdu ⁴³ e dando enfoque à problemática actual em termos políticos, religiosos, económicos e géo-estratégicos.

Os Estudos Orientais em geral e, no caso presente, os Estudos Árabes e Islâmicos não podem ser encarados como algo de excêntrico ou supérfluo, mas, pelo contrário, como uma necessidade vital num mundo globalizado onde se torna necessário saber gerir as oportunidades de cooperação, de investimento ou de emprego, oferecidas pelas economias emergentes desse espaço. Note-se que actualmente, são numerosas as empresas portuguesas que operam naqueles países, desde o Magrebe até ao Golfo. Um outro aspecto importante que deveria valorizar esses estudos, prende-se com a ameaça securitária e os crescentes fluxos migratórios e modos de os saber enfrentar e gerir.

Nesta perspectiva, importa transmitir o conhecimento do passado, articulando as constantes com os processos de mudança em curso, incentivar o interesse e formar um espírito crítico.

Há ainda a ter em mente um outro aspecto relevante. Portugal goza de um capital de afectos e de reconhecimento a nível internacional que não deve ser menosprezado. A participação portuguesa em missões na Bósnia, no Afeganistão e na Somália tem reconfirmado uma apreciação da cooperação portuguesa, muito diferente no seu estilo, em função do seu modo de se relacionar com o “Outro”, herança dos seus contactos históricos com outros povos e culturas, onde o legado

⁴² SIDARUS, A. (1988); THOMAZ, L.F. (1996), pp. 406-414.

⁴³ Efectivamente, existem leitorados dessas línguas, entre outros, na Universidade Nova de Lisboa e na Universidade de Lisboa, existiram no passado na Universidade Católica Portuguesa, mas são ministrados como cadeiras de opção mas não fazem parte de um curriculum mais abrangente ou específico.

árabe tem um peso significativo ⁴⁴. Portugal tem ainda a seu favor o facto de não ter sido uma potência colonizadora no espaço árabe-islâmico.

Creemos, que só um entendimento pleno de uma mais-valia que os Estudos Orientais oferecem ⁴⁵, no caso, os Estudos Árabe-Islâmicos, permitirá traçar uma outra perspectiva para esta área de saber especializado, consentânea com as suas actuais potencialidades estratégicas.

Abstemo-nos, deliberadamente, de apresentar conclusões, uma vez que se trata de um processo em curso, susceptível de modificação e, que por isso, exige de um certo distanciamento para as formular. Esboçamos apenas tendências e apresentamos algumas interrogações, esperando que elas possam, eventualmente, ser úteis a quem desejar retomar esta problemática.

Bibliografia

- ABDEL-MALEK, Anouar (1963), "Orientalism in Crisis", *Diogenes*, nº 44, pp. 104-112 [Reed. in MACFIE, A. L. (2000), *Orientalism, A Reader*, Edinburgh, Edinburgh University Press, pp. 47-56].
- BORNET, Philippe et GORSHENINA, Svetlana dir. (2014), « L'Orientalisme des Marges: Éclairages à partir de l'Inde et de la Russie », *Etudes et Lettres*, nº 296, Faculté des Lettres de l'Université de Lausanne.
- BRUNO, Sampaio (1888), "Os Portugueses e o Orientalismo" in ROCHA, Afonso ed. (2011), *Dispensos*, vol. III, 1885-1891. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 286-290.
- CUNHA SERRA, Pedro (1967), "David Lopes (1867-1942): ensaio bio-bibliográfico", *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, III série, nº 11, pp. 83-117.
- (1967), "David Lopes", *Labor*, Ano XXXI, nº 268, pp. 447-452.
- DJAÏT, Hichem (1978), *L'Europe et l'Islam*, Paris, Seuil.
- EFTEKHARI, Pirouz (2004), "A Necessidade e a Validade dos Estudos Orientais, Hoje", *Biblos*, Oriente Ocidente, 2ª. Série, vol. II, pp. 477-502.
- FIGANIER, Joaquim (1945), "Contribuição para o Estudo da Cultura Árabe em Portugal" in *Mélanges d'Etudes Luso-Marocaines dédiées à la Mémoire de David Lopes et Pierre Cénival*, Lisbonne, Institut Français au Portugal, pp. 75-138.
- (1949), *Frei João de Sousa. Mestre e Intérprete da Língua Árabe*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- FÜCK, Johann (1944), *Die Arabischen Studien in Europa vom 12. bis in den Anfang des 19. Jahrhunderts*, Leipzig, Otto Harrassowitz.
- GERSON da CUNHA, José (1880), "Materials for the History of Oriental Studies amongst the Portuguese", in *Atti del IV Congresso Internazionale degli Orientalisti tenuto a Firenze nel Settembre 1878*, vol. II, Firenze, Coi tipi dei successori Le Monnier pp. 179-219.
- HAJJAR, Claud Fahd (1985), *Imigração Árabe: Cem Anos de Reflexão*, São Paulo.
- HALLIDAY, Fred (1996), "Conclusion: "Orientalism" and its Critics" in *Islam & the Myth of Confrontation. Religion and Politics in the Middle East*, London, I.B. Tauris, pp. 195-217
- HESPANHA, António (1998), "Edward Said encerra Conferências de Arrabida", *Jornal de Letras*, 9 de Setembro de 1998, p. 3.

⁴⁴ MOREIRA, A. e VENANCIO, J.C. org. (2000); MACAGNO, L. (2013), pp. 11-31.

⁴⁵ Veja-se a reflexão de um Iraniano que trabalha na Universidade de Coimbra: EFTEKHARI, P. (2004), pp. 477-502.

- HESPANHA, António Manuel coord. (1999), *O Orientalismo em Portugal*, Catálogo, Lisboa, INAPA.
- IRWIN, Robert (2006), *For Lust of Knowing. The Orientalists and their Enemies*, London, Allen Lane [o mesmo livro foi publicado nos E.U.A.: *Dangerous Knowledge. Orientalism and its Discontents*, New York, The Overlook Press, 2006].
- KEMNITZ, Eva-Maria von (1988), “Les Études Arabes au Portugal”, *Rocznik Orientalistyczny*, Tom XLVI, Zeszyt 1, Warszawa, pp. 79-95.
- (2005), “Duas Missões Portuguesas em Marrocos Durante a Guerra Peninsular: Os Relatórios do Intérprete Frei Manuel Rebelo da Silva (1770-1849)” in *Actas do XIV Colóquio de História Militar Comemorando 230 Anos do Tratado Luso-Marroquino*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, pp. 177-192.
- (2006), “Tavira – Ponto de Partida para o Mundo do Outro. Percurso de um Tradutor Arabista: Frei José de Santo António Moura (1768-1840)” in *Actas das V Jornadas da História de Tavira*, Tavira, pp. 12-22.
- (2010 a), *Portugal e o Magrebe (Séculos XVIII/XIX). Pragmatismo, Inovação e Conhecimento nas Relações Diplomáticas*, Lisboa, Instituto Diplomático, Série D.
- (2010 b), “A Relevância Geoestratégica do Brasil na Origem do Fomento dos Estudos Árabes em Portugal (Séculos XVIII /XIX) in VARGENS, João Baptista M. e CAFFARO, Paula da Costa (org.), *Arabismo. Um Tema e Suas Representações no Brasil e em Portugal*, pp. 127-138.
- (2011), “The Centenary of the Republic and the Republic of Letters: Arabic Studies in Portugal 1910-2010”, *Rocznik Orientalistyczny, Sirat Al-Djahiz, Volume in Honour of Krystyna Skarzynska-Bochenska and Danuta Madeyska*, pp. 121-132.
- (2012 a), “Arabic Scholarship in Portugal in the Second half of the 19th Century” in CONTU, Giuseppe ed., *Centre and Periphery within the Borders of Islam, Proceedings of the 23rd Congress of l’Union Européenne des Arabisants et Islamisants*, Leuven, Peeters, pp. 165 – 176.
- (2012 b), *Estudos Orientais. Volume Comemorativo do Primeiro Décénio do Instituto de Estudos Orientais (2001-2012)*, Lisboa, Universidade Católica Editora.
- (2015), “Quelques réflexions sur l’Orientalisme au Portugal et au Brésil: une vision comparative”, *Al Irfan*, Instituto de Estudios Hispano-Lusos, L’Université Mohammed V, nº 1, pp. 117-128.
- KHATLAB, Roberto (1999), *Brasil – Libano. Amizade que Desafia a Distância*, Bauro-São Paulo, EDUSC.
- MACAGNO, Lorenzo (2013), “À propos de l’”orientalisme” de Gilberto Freyre » in BENLABBAH, Fatiha coord., *L’Afrique, le Portugal et le Brésil. Trajectoires, Mémoires et Identités*, Rabat, Université Mohammad V – Agdal, l’Institut des Etudes Hispano-Lusophones, pp. 11-31.
- MACHADO, José Pedro (1997), “Os Estudos Arábicos em Portugal” in *Ensaio Arábico-Portugueses*, Lisboa, Editorial Notícias, pp. 109-144 (uma versão ampliada do trabalho com o mesmo título, publicado em 1945: *Melanges d’Etudes Luso-Marocaines dédiés à la Mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival*, Lisbonne, Institut Français au Portugal, pp. 167-218 e, em 1964, Separata do *Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa*).
- (1999), “A Obra de Frei José de Santo António Moura”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, vol. 38, pp. 138-168.
- (2011), “Evocação de Joaquim Figanier no Centenário do Seu Nascimento”, *Anais da Academia Portuguesa da História*, III Série, vol. 2, pp. 11-29.
- MOREIRA, Adriano e VENANCIO, José Carlos org. (2000), *Luso-Tropicalismo. Uma Teoria Social em Questão*, Lisboa, Veja.
- NASH, Geoffrey (2005), “Revisiting Pro-Muslim British Orientalists”, *ISIM Review*, nº 16, Autumn, pp. 47-48.
- POUILLON, François et VATIN, Jean-Claude éd. (2011), *Après l’Orientalisme. L’Orient crée par l’Orient*, Paris, IISMM-KARTHALA.

- RETO, Luís Org. (2012), *Potencial Económico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Texto Editora.
- SAFA, Elie (1960), "Les Libanais au Brésil » in *L'Immigration Libanaise*, Beyrouth, pp. 54-68.
- SAID, Edward (1978), *Orientalism*, London, Routledge & Kegan Paul. [trad. port.: (2004), *Orientalismo. Representações Ocidentais do Oriente*, Lisboa. Livros Cotovia].
- SARDAR, Ziauddin (1999), *Orientalism. Concepts in the Social Sciences*, Buckingham, Open University Press.
- SIDARUS, Adel (1986), "Os Estudos Árabes em Portugal (1772-1962)" in SIDARUS, A. ed., *Islão e Arabismo na Península Ibérica. Actas do XI Congresso da União Europeia de Arabistas e Islamólogos (Évora-Faro-Silves, 29 de Set. – 6 de Out. 1982)*, Évora, Universidade de Évora, pp. 37-54 (e a versão inglesa do mesmo artigo "Arabic Studies in Portugal (1772-1962)", pp. 55-73).
- (1988), "Algumas Propostas para a Renovação do Ensino Académico da Língua Árabe", *Boletín de la Asociación Española de Orientalistas*, Año XXIV, pp. 229-238.
- SHOHAT, Ella (2013), "The Sephardic Moorish Atlantic: Between Orientalism and Occidentalism" in ALSULTANY, Evelyn and SHOHAT, Ella eds., *Between the Middle East and the Americas: The Cultural Politics of Diaspora*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, pp. 42-62.
- SOUSA VITERBO, Francisco (1905), *Notícia de Alguns Arabistas e Interpretes de Línguas Africanas e Orientaes*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- THOMAZ, Luis Filipe F. R., (1996), "Estudos Árabo-Islâmicos e Orientais em Portugal" in *Povos e Culturas. Portugal e o Oriente: Passado e Presente*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, pp. 389-414. [reeditado (2012) in *Estudos Orientais. Volume Comemorativo do Primeiro Decénio do Instituto de Estudos Orientais (2002-2012)*, Lisboa, Universidade Católica Editora, pp. 13-32].
- (2012), "O Mestrado em Estudos Orientais do IEO" in KEMNITZ, Eva-Maria von ed. (2012), *Estudos Orientais. Volume Comemorativo do Primeiro Decénio do Instituto de Estudos Orientais (2001-2012)*, Lisboa, Universidade Católica Editora, pp. 33-44.
- TIBAWI, Abdool Latif (1964), *English Speaking Orientalists: A Critique of Their Approach to Islam and Arab Nationalism*, London, Luzac.
- TURNER, Bryan (1997, 1ª ed. 1994), *Orientalism, Postmodernism and Globalism*, London , Routledge.
- VARISCO, Daniel Martin (2008), *Reading Orientalism. Said and the unsaid*, Washington, University of Washington Press.
- VICENTE, Filipa Lowndes (2009), *Outros Orientalismos. A Índia entre Florença e Bombaim 1860-1900*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- (2010 a), "Orientalism in the margins: the interest in Indian Antiquity in nineteenth century Italy", *Res Antiquitatis. Journal of Ancient History*, Centro de História de Além-Mar, vol. 1, pp. 11-37.
- (2010 b), "Orientalismos periféricos? O historiador goês José Gerson da Cunha (Bombaim, 1878)", *Ler História*, nº 58, pp. 27-46.
- (2010 c), "The Goan historian José Gerson da Cunha at the Bombay Branch of the Royal Asiatic Society (1870-1900)", *Journal of the Asiatic Society of Mumbai*, Mumbai, The Asiatic Society of Mumbai, vol. 83, 2009-10, pp. 128-136.